



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

**RESOLUÇÃO Nº 241 /2012**

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**26ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 03/02/2012**

**PROCESSO Nº 1/1682/2007**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200702277**

**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**RECORRIDO: CR INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**

**AUTUANTE: FRANCISCO FLÁVIO DE CASTRO**

**MATRÍCULA: 006.147-1-8**



**RELATOR: Conselheiro Samuel Aragão Silva**

**EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE VENDAS – CONTA  
MERCADORIA – IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A  
AQUISIÇÃO IRREGULAR DE MERCADORIAS POR MEIO  
DA SISTEMÁTICA DA CONTA MERCADORIA – AUTUAÇÃO  
IMPROCEDENTE – RECURSO OFICIAL CONHECIDO E  
NÃO PROVIDO – DECISÃO POR UNANIMIDADE DE  
VOTOS CONFORME PARECER DO REPRESENTANTE DA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – DECISÃO  
AMPARADA NO ART. 827, § 8º, INCISO IV, DO DECRETO  
24.569/97**

**RELATÓRIO**

O auto de infração, do presente Processo Administrativo Tributário, relata a seguinte acusação fiscal:

"FALTA DE EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL, EM  
OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO ACOBERTADA POR NOTA  
FISCAL MODELO 1 OU 1A E/OU SÉRIE "D" E CUPOM  
FISCAL

 1 



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

A EMPRESA EM TELA, NO CURSO DO EXERCÍCIO DE 2004, OMITIU VENDAS NO VALOR MÍNIMO, QUE SE PODE CONSTATAR, DE R\$ 178619,77. AS INFORMAÇÕES EM ANEXO."

**DEMONSTRATIVO**

Principal	R\$ 30.365,36
Multa	R\$ 53.585,93
<b>Total a Pagar</b>	<b>R\$ 83.951,29</b>

Dispositivos infringidos: Artigo 127, 169, 174 e 177 do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, "b" da Lei nº 12.670/96 com as alterações da Lei nº 13.418/03.

Nas informações complementares de fls. 03 a 09, a agente fiscal detalhou os procedimentos utilizados na presente ação fiscal.

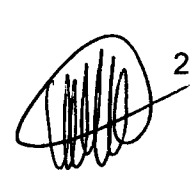

Instruem os autos: Ordem de Serviço nº 2007.05024 (fls. 10); Termo de Início de Fiscalização nº 2007.04048 (fls. 11); Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2007.05120 (fls. 12); Cópia do Livro Registro de Apuração do ICMS (fls. 13 a 66); Cópia do Livro de Registro de Inventário (fls. 67 a 110); Demonstrativos do Custo da Mercadoria Vendida, das Despesas e das Receitas (fls. 111 a 113); Consultas aos Sistemas da SEFAZ (fls. 114 a 119); e Cópias do Aviso de Recebimento do Auto de Infração (fls. 121).

O contribuinte, após pedido de dilação do prazo, apresentou impugnação para questionar o lançamento, conforme se infere às fls. 134 a 139.

O Ilustre Fiscal autuante atravessa petição nos autos para promover alguns esclarecimentos acerca dos motivos e da regularidade da autuação (fls. 141 a 143).

Em primeira Instância, o Julgador Singular declarou a **IMPROCEDÊNCIA** do Auto de Infração em face de equívoco da fiscalização quanto a sistemática utilizada para concluir pela existência de omissão de vendas, conforme consta às fls. 147 a 151. Recurso de ofício.

A Consultoria Tributária por meio do Parecer nº 127/2011 (fls. 156 e 157) opinou no sentido de confirmar a decisão de improcedência da autuação proferida em primeira instância, nos termos do parecer referendado pelo douto representante da Procuradoria Geral do Estado.

 2 



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

É o relatório.

**VOTO**

O agente fiscal acusa o contribuinte de ter promovido a saídas de diversas mercadorias sem o respectivo documento fiscal – omissão de vendas, infração supostamente detectada por meio da sistemática da conta mercadoria, conforme informações complementares ao Auto de Infração.

Em análise aos fólios processuais, se depreende a existência de equívocos da fiscalização que fulminam qualquer possibilidade de se analisar a regularidade do auto de infração ou demonstrar a existência de qualquer outra infração à legislação tributária estadual.

É de se ver que a agente fiscal ao realizar o procedimento de fiscalização se valeu de metodologia técnica-contábil, usualmente denominada de conta mercadoria, com previsão legal no art. 827, § 8º, inciso IV, do Decreto nº 24.569/97, in verbis:

“Art. 827 O movimento real tributável, realizado pelo estabelecimento em determinado período, poderá ser apurado através de levantamento fiscal e contábil em que serão considerados o valor de entradas e saídas de mercadorias, o dos estoques inicial e final, as despesas, outros gastos, outras receitas e lucros do estabelecimento, inclusive levantamento unitário com identificação das mercadorias e outros elementos informativos.

...  
§ 8º Caracteriza-se omissão de receitas a ocorrência dos seguintes fatos:

...  
IV – montante da receita líquida inferior ao custo dos produtos vendidos, ao custo das mercadorias vendidas e ao custo dos serviços prestados no período analisado;”

É cediço que a metodologia da conta mercadoria se presta para analisar se os custos das mercadorias vendidas são superiores ou inferiores ao próprio custo das mercadorias adquiridas. No caso do custo das vendas serem inferiores ao custo das aquisições, sem qualquer justificativa plausível, é possível se

3



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

concluir que houve omissão de receitas. Do contrário, em sendo os custos das vendas superiores ao das aquisições é possível concluir que houve lucro, mas não se pode detectar qualquer infração diante dessa informação.

O próprio julgador de primeira instância destaca a impossibilidade de se obter a conclusão de omissão de vendas de mercadorias utilizando-se a sistemática da conta mercadoria, consoante se infere da seguinte passagem do Julgamento nº 2546/2010 (fls. 150):

"Ora, o custo de venda pode ser igual ou inferior ao valor das mercadorias disponíveis a venda, mas nunca superior. Se for igual é porque todas as mercadorias disponíveis a venda foram vendidas. Se for menor é porque nem todas as mercadorias foram vendidas, havendo, neste caso, um estoque final.

Se a empresa tivesse vendido "o que não havia em estoque", como declarado pelo autuante; a infração decorrente deste fato seria a aquisição de mercadorias sem nota e não a venda sem registro fiscal.

Pelo exposto, vê-se que o autuante confundiu o conceito de vendas líquidas com custo de vendas. Vendas líquidas nada mais é do que vendas brutas deduzidas dos impostos delas incidentes. Já o custo de vendas ou custo das mercadorias vendidas é obtido mediante a subtração das mercadorias disponíveis para venda do estoque final.

Com efeito, restou clarividente as falhas no procedimento na constituição do crédito tributário, devendo ser reconhecida a improcedência da acusação fiscal, em seu nascedouro, por impossibilidade de se concluir pela omissão de vendas de mercadorias através de sistemática de fiscalização não condizente como metodologia técnica capaz de se comprovar a infração apontada.

Isto posto, **VOTO** pelo conhecimento do Recurso Oficial, para negar-lhe provimento e confirmar a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** do Auto de Infração, em face da inadequação e dos equívocos da metodologia adotada pela fiscalização.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

**DECISÃO**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **CR INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFEÇÕES LTDA**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **improcedência** da ação fiscal proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Relator verificou através de consulta ao Sistema CAF, anexada aos autos em sessão que há nulidade no processo em face do impedimento do agente autuante, haja vista que a Ordem de Serviço que ampara o Auto de Infração, por se tratar de continuidade da ação fiscal não pode ser autorizada pelo supervisor, mas por um dos Coordenadores da CATRI, consoante previsto na Instrução Normativa 06/2005. No entanto, por força do § 11, do art. 53, do Decreto nº 25.468/99, deixa de declarar a nulidade para, no mérito, declarar a improcedência do feito fiscal. Votaram no mesmo sentido os Conselheiros João Carlos Mineiro Moreira, Alexandre Mendes de Sousa, Francisco José de Oliveira Silva, Silvana Carvalho Lima Petelinkar e Sebastião Almeida Araújo. O Conselheiro Manoel Marcelo Augusto Marques Neto, que é contrário a essa nulidade por entender que as ordens de serviço foram expedidas por servidores com plena competência legal, manifestou-se pela improcedência. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Luís do Nascimento Neto.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza/CE, aos 29 de março de 2012.

  
**José Wilame Falcão de Souza**  
Presidente

  
**Alexandre Mendes de Sousa**  
Conselheiro

  
**João Carlos Mineiro Moreira**  
Conselheiro

  
**Francisco José de Oliveira Silva**  
Conselheiro

  
**Samuel Aragão Silva**  
Conselheiro Relator

  
**Silvana Carvalho Lima Petelinkar**  
Conselheira

  
**Antônio Luiz do Nascimento Neto**  
Conselheiro



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO- CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS- CRT**

*P/ Manoel Marcelo Augusto Marques Neto*  
**Manoel Marcelo Augusto Marques Neto**  
Conselheiro

**Sebastião Almeida Araújo**  
Conselheiro

**Ubiratan Ferreira de Andrade**  
Procurador do Estado